

Pandemia, BC e crise interna jogam o Brasil numa montanha-russa cambial



A cotação da moeda americana frente ao real vem chacoalhando investidores e empresários, como se estivessem em uma montanha-russa. No começo do ano a moeda estava em 4,02 reais e no dia 13 de maio, em meio ao auge da pandemia, chegou ao recorde de 5,90. Pouco mais de uma semana depois, uma queda drástica: foi a 5,28 no dia 27 de maio. Em junho, rompeu a barreira dos 5 reais e alcançou 4,85 reais, o menor nível desde o início da crise sanitária, totalizando uma queda de 18,8% e mais de 1 real de diferença. Dezoito dias depois, volta para o patamar de 5,46, numa arancada de 12,5%. O fato de o real ser a moeda, dentre as

mais relevantes para o comércio internacional, que mais se desvalorizou no ano mostra que, além da pandemia, as incertezas internas no Brasil vêm criando um cenário de insegurança no mercado que potencializa os danos econômicos da crise sanitária.

Esta sexta, 26, foi turbulenta no mercado de câmbio. O dólar comercial abriu a 5,3831 reais e por volta das 10h15 caía 2,11%, para 5,2691 reais. Mesmo após o leilão do Banco Central (BC), o primeiro desde o dia 1º de junho, a moeda continuou a subir. Eram 11h15 quando a autoridade monetária colocou 1 bilhão de dólares à venda à vista no mercado: foi aceito um valor de apenas de 502,5 milhões de dólares à vista. É

uma clara evidência de que não há falta de moeda americana no sistema financeiro brasileiro, pois o volume total não foi aceito devido à falta de interesse dos bancos em aceitar o preço ofertado pelo BC. Assim, o movimento de alta é visto como algo especulativo e praticado, principalmente, pelos agentes brasileiros — como bancos e grandes corretoras de câmbio. O dólar fechou em alta de 2,34%, a 5,4609 reais — a terceira escalada consecutiva.

Essa alta do preço do dólar mesmo em um dia de ampla oferta da moeda no mercado também reflete o risco que o mercado e o mundo vivem diante das incertezas do novo coronavírus.

Veja/Biznews

Economia



Mais da metade do crédito cedido pelos bancos desde o começo da pandemia foi para empresas

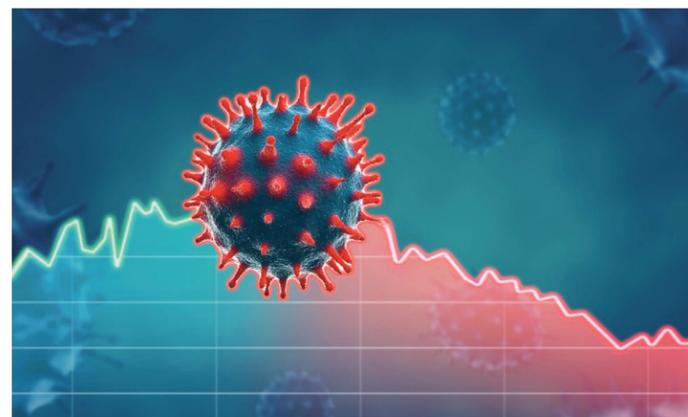
O último levantamento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), divulgado nesta segunda-feira (29) apontou que 56,2% de todo o crédito cedido pelos bancos desde o começo da pandemia foi para pessoas jurídicas.

Página - 03

Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, diz FGV

O Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, após chegar ao ponto mais alto do último ciclo de crescimento no quarto trimestre de 2019. Esse foi o fim de um período de expansão econômica que durou 12 trimestres.

Página - 03



De R\$ 398 bi contra pandemia, 86% são para salvar economia que agoniza

Declarações do presidente Jair Bolsonaro como “está havendo uma histeria”, “não sou coveiro” e “e daí?” se entrelaçam ao avanço da Covid-19 e à agonia da economia. O socorro tarda a surtir efeito.

Página - 05

No Mundo

Pequim aumenta capacidade de teste e chega a um terço da população



Pequim intensificou a realização de testes do novo coronavírus e já aplicou em cerca de um terço da população da capital até agora, disse uma autoridade municipal nesse domingo (28), enquanto os governos tentam controlar um surto decorrente do mercado atacadista em meados de junho.

Até o meio-dia desse domingo (28), Pequim já havia coletado 8,29 milhões de amostras de pacientes e completado 7,69 milhões de testes, disse Zhang Qiang,

funcionário do Comitê Municipal de Pequim, em entrevista coletiva.

“Isso significa que já testamos todas as pessoas que precisam ser testadas. Também estamos implementando triagens em larga escala para certas regiões e populações-chave da cidade e melhoramos nossa capacidade de testagem”, disse Zhang, acrescentando que Pequim está recebendo apoio médico de outras províncias.

A capital chinesa registrou seu primeiro caso do surto no mercado de Xinfadi e 311 pessoas na cidade, de

mais de 20 milhões de habitantes, testaram positivo para o vírus desde então.

Segundo Zhang, os testes estão sendo realizados em lotes e incluem trabalhadores do mercado de Xinfadi e moradores dos bairros vizinhos. Estudantes, equipe médica da linha de frente e trabalhadores das indústrias de transporte, bancos, supermercados, entregas expressas e salões de beleza também serão testados.

Zhang acrescentou que a capacidade diária de testes de Pequim aumentou para 458 mil por dia.

Casos globais de covid-19 superam 10 milhões

Os casos globais de coronavírus ultrapassaram 10 milhões nesse domingo (28), uma importante marca na disseminação da doença respiratória que já matou mais de meio milhão de pessoas em sete meses. A contagem é da Reuters.

O número representa cerca do dobro de casos de doenças por influenza severa registrados anualmente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde.

A marca é atingida no momento em que muitos países duramente afetados estão afrouxando as restrições, ao mesmo tempo em que

fazem fortes alterações em relação a trabalho e à vida social, que podem durar ao menos um ano até que uma vacina esteja disponível.

A América do Norte, América Latina e Europa respondem, cada uma, por cerca de 25% dos casos, enquanto a Ásia e o Oriente Médio têm cerca de 11% e 9% respectivamente, de acordo com a contagem da Reuters, que usa relatórios governamentais.

Há mais 497 mil mortes ligadas à doença até agora, o mesmo que o número de mortes por influenza relatado anualmente.

Cate Cadell/Reuters/ABR



Covid-19: União Europeia discute relaxar restrições de entrada



Os estados-membro da União Europeia, que tinham fechado o acesso de visitantes de países de fora do bloco em março, diante da pandemia do novo coronavírus, podem abrandar as restrições em etapas com o avanço da temporada de verão no Hemisfério Norte.

Embaixadores de países da União Europeia reuniram-se nesta sexta-feira (26) para discutir o assunto. Fontes diplomáticas dizem que visitantes de países como China, Coreia do Sul

e Japão devem ser incluídos na primeira fase de abertura.

Isso depende, porém, de esses países continuarem mantendo a pandemia do novo coronavírus sob controle. É entendido que a União Europeia espera que o relaxamento das barreiras à entrada seja recíproco. Alguns países podem ser removidos da lista provisória a depender de decisão dos membros do bloco europeu.

Estados Unidos e Rússia, que ainda estão enfrentando um grande número de novas infecções, foram excluídos.

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Mais da metade do crédito cedido pelos bancos desde o começo da pandemia foi para empresas



O último levantamento da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), divulgado nesta segunda-feira (29) apontou que 56,2% de todo o crédito cedido pelos bancos desde o começo da pandemia foi para pessoas jurídicas.

Segundo a federação, os empréstimos dos bancos somam R\$ 1,1 trilhão de 1º de março até 19 de junho, incluindo contratações, renovações e suspensão de parcelas. Deste total, os bancos acumulam R\$ 627,2 bilhões de concessões para pessoas jurídicas.

O número total considera a concessão de crédito oficial divulgada pelo Banco Central na semana passada, que somaram R\$ 981,2 bilhões, e os dados consolidados pela Federação até 19 de junho -os quais consideram apenas

o segmento livre de crédito para pessoa jurídica, que somou R\$ 135,5 bilhões.

O levantamento da Febraban, no entanto, não especifica o porte das companhias que receberam esses recursos. Apesar dos números registrados pela federação, pequenas e médias empresas têm reclamado de dificuldades no acesso ao crédito desde o início da pandemia de coronavírus, quando o Banco Central implementou as primeiras medidas de injeção de recursos na economia.

Empresários também já haviam relatado à reportagem que esbarraram em burocracia, excesso de exigências e demora nas respostas dos grandes bancos ao tentar acessar recursos para pagamento de salários de seus funcionários. A linha com esse propósito foi liberada no início de março pelo governo federal. Foram R\$ 40 bilhões voltados para companhias

com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões.

Relatos de que os bancos aumentaram os juros e restringiram a negociação de contratos também acontecem desde o início da pandemia de coronavírus.

A Febraban também afirma que os bancos já renegociaram 11,3 milhões de contratos com operações em dia, que respondem por um saldo devedor de R\$ 666,4 bilhões. O volume de renegociações responde por um aumento de 16,5% em relação ao último levantamento da federação, divulgada no início do mês e que registrava 9,7 milhões de contratos.

A renegociação de contratos faz parte de uma medida anunciada em março pela Febraban e que consistia em adiar os vencimentos de dívidas de clientes pessoas físicas e micro e pequenas empresas por até 60 dias.

Isabela Bolzani/Folhapress

Confiança da indústria sobe 16,2 pontos em junho, a 77,6 pontos, afirma FGV

A confiança da indústria avançou 16,2 pontos em junho ante maio, alcançando 77,6 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta segunda-feira (29). A variação registrada no mês foi a maior da série histórica da Sondagem da Indústria, iniciada em 2001, mas, mesmo considerando a alta de 19,4 pontos em maio e junho, a confiança ain-

da se situa abaixo do nível pré-coronavírus (101,4 pontos, em fevereiro).

Em junho, todos os 19 segmentos industriais pesquisados tiveram aumento da confiança. Este resultado é atribuído à forte melhora da percepção dos empresários em relação ao momento presente e, principalmente, para os próximos três meses. O Índice de Expectativas subiu

Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, diz FGV

O Brasil entrou em recessão no primeiro trimestre de 2020, após chegar ao ponto mais alto do último ciclo de crescimento no quarto trimestre de 2019. Esse foi o fim de um período de expansão econômica que durou 12 trimestres.

A informação foi divulgada nesta segunda-feira (29) pelo Codace (Comitê de Datação de Ciclos Econômicos), órgão ligado ao Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). O PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil caiu 1,5% no primeiro trimestre de 2020 na comparação com os três meses anteriores, segundo dados divulgados pelo IBGE em maio.

O dado do segundo trimestre deve mostrar queda de quase 10%, segundo projeções de mercado, devido aos efeitos da pandemia sobre a atividade.

Embora alguns economistas utilizem a métrica de que recessão é o período marcado por dois trimestres seguidos de queda na atividade, o Codace considera uma análise mais ampla de dados. Para

o comitê, o declínio na atividade econômica de forma disseminada entre diferentes setores econômicos é denominado recessão.

Segundo reportagem da Folha de S.Paulo da última sexta, o distanciamento social provocará neste segundo trimestre o maior tombo na economia brasileira em 40 anos.

Outro levantamento do Ibre/FGV também mostra que apesar de a confiança de consumidores e empresários ter apresentado dois meses seguidos de recuperação após o fundo do poço verificado em abril, o indicador brasileiro encontra-se em uma situação desfavorável em relação à maioria dos países economicamente relevantes.

O Codace também realizou a datação mensal da recessão de 2014-2016 e identificou um pico da atividade em março de 2014 e o ponto mais baixo da mesma em dezembro de 2016. Segundo a instituição, isso significa que a recessão teria durado 33 meses, de abril de 2014 a dezembro de 2016.

Eduardo Cucolo/Folhapress



21,3 pontos, para 76,2 pontos. Já o Índice de Situação Atual cresceu 10,6 pontos, para 79,2 pontos. A diferença entre ISA e IE, que chegou a ser de 17,8 pontos em maio, agora é de apenas 3 pontos.

A maior contribuição para alta neste mês veio da redução do pessimismo dos empresários sobre a produção nos próximos três meses. O indicador de produção prevista saltou de 46,9 pontos

para 82,9 pontos, recuperando 48,3 pontos desde maio, ou 71% do que foi perdido entre janeiro e abril. Houve forte queda da proporção de empresas prevendo nível de produção menor para os três meses seguintes (de 63,9% para 36,4%) e aumento do percentual de empresas esperando nível maior (de 13,5% para 30,7%).

IstoéDinheiro

ODEBRECHT REALIZAÇÕES SP 54 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. E SUAS CONTROLADAS
 CNPJ/MF 17.058.110/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais					Demonstrações dos resultados					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018							
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	13	16.846	12.071	15	-	-	10.773	24.439	1.012	47.085	-	-	-	-	54.071
Contas a receber de clientes	7	-	-	4.535	4.723	16	-	-	(8.817)	(25.580)	-	-	-	-	-	-	(7.153)
Dividendos a receber	11	454	47	-	-	17 e 20	-	-	956	(1.141)	-	-	-	-	-	-	7.153
Imóveis a comercializar	8	-	-	34.876	44.694	20	-	-	(587)	(1.424)	-	-	(1.179)	-	-	-	46.918
Tributos a recuperar	-	-	-	-	473	20	-	-	(2.351)	(2.131)	1.012	45.906	-	-	-	-	(2.823)
Outros ativos	-	30	23	768	608	18 e 20	(73)	(49)	(2.769)	(1.446)	-	-	-	-	-	-	2.823
		483	83	57.025	62.569				1.237	1.649	1.012	43.083	-	-	-	-	44.095
Não Circulante																	
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	-	10	(2.755)	(7.116)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AFAC	9	41.417	41.417	-	-	(2.828)	(7.165)	(3.514)	(4.473)	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Controladas	10	9.392	8.175	-	-	21	2	12	624	(2.300)	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	1	1												
Total do ativo		51.302	50.475	57.026	62.570												
Passivo e patrimônio líquido																	
Circulante																	
Financiamentos																	
Fornecedores e subempreiteiros		75	5	1.629	1.274												
Dividendos a pagar	11	2.600	2.600	2.600	2.600												
Obrigações tributárias		1	-	685	-												
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	5	93												
Adiantamentos de clientes por permuta		-	-	2.718	4.094												
Dívidas a pagar		-	-	839	1.006												
Outros passivos	13	-	-	639	1.006												
		2.676	2.605	8.476	9.067												
Não Circulante																	
Financiamentos																	
Tributos a receber	2.13	-	-	68	1.006												
Provisão para perda de investimento	10	4.531	952	-	-												
Provisão para contingências	12	-	-	2.386	3.578												
Provisão de garantia		-	-	2.001	2.001												
		4.531	952	4.455	6.585												
Patrimônio Líquido	14																
Capital social		1.012	1.012	1.012	1.012												
Reservas de capital		43.083	45.906	43.083	45.906												
Reservas de lucros		-	-	-	-												
Total do passivo e patrimônio líquido		51.302	50.475	57.026	62.570												

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1 Informações gerais - A Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de julho de 2012, com a denominação social de SPE Bairro Novo SPE 01, com o objeto social de realização de empreendimento imobiliário em São Paulo. A Companhia incorpora seus empreendimentos imobiliários por meio de participações em Sociedades de Propósitos Específicos ("SPE"), controladas integralmente ou sob controle compartilhado. Em 24 de abril de 2013, a SPE Bairro Novo SPE 01 Ltda., passou a ter a denominação de Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário Ltda. Em 17 de dezembro de 2013, a Companhia passou de empresa limitada para Sociedade por Ações tendo por objeto o investimento nas SPEs responsáveis pela realização das incorporações imobiliárias dos empreendimentos "Homemagem Japaneza", "Estação Gabriel" ("Empreendimentos"), nos termos da Lei nº 4.591/64, podendo para tanto participar na qualidade de sócia ou acionista de outras sociedades. Em janeiro de 2017, a Companhia passou a contar com um Chief Compliance Officer e equipe, com reporte direto ao Conselho de Administração, dedicados a liderar a implantação do sistema de conformidade da Companhia, alinhado com as melhores práticas mundiais. Dentre os avanços dos primeiros anos, pode-se destacar: • A implementação e comunicação da política de conformidade e o compromisso com a atuação ética, íntegra e transparente para todos os integrantes da Companhia. • A implementação, comunicação e capacitação de diversos públicos em diretrizes adicionais de conformidade, como a diretriz anticorrupção, de análise de terceiros (due diligence), de relacionamento com agente público e pessoa politicamente exposta, de medidas disciplinares, de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade e de conflito de interesses. • A análise de conformidade (due diligence) em todas as vendas de imóveis e terrenos e nas homologações de fornecedores. • O lançamento do novo canal de denúncias terceirizado e independente. • Criação de Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas. • Os trabalhos de auditoria nos ciclos de tesouraria, contábil, fiscal, vendas, compras, contas a receber e a pagar, estoques e na área de pessoas com levantamento de riscos e vulnerabilidades e definição de ações mitigatórias. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia elegeu um Conselho independente no Conselho de Administração. Todos os temas estão em processo de melhoria contínua ao longo de 2020. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitiadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais dúvidas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão detalhadas na Nota 3. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o ajuste histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 08 de maio de 2020. **(a) Demonstrações contábeis consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **(b) Demonstrações contábeis individuais** - As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitiadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. **(c) Moeda funcional** - As empresas do grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais da controladora e de consolidado. **2.2 Consolidação** - A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais obtém o controle, isto é, quando está exposta a todos os direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas no item (a). **(d) Demonstrações contábeis consolidadas** - As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: **(i) Controladas** - Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas nas quais a Companhia tem o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(ii) Companhias consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Controladoras diretas	País	2019	2018
Bairro Novo Edu Chaves Empreendimentos Imobiliário Ltda. "homemagem Japaneza"	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Realizações SP 32 - Empreendimentos Imobiliário Ltda. "Estação Gabriel"	Brasil	100,00	100,00

(b) Demonstrações contábeis individuais - Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído às acionistas da controladora. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco significativo de mudança de seu valor de mercado. **2.4 Ativos e passivos financeiros** - Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras dívidas. **2.4.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gereira esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. **2.4.2 Ativos financeiros** - Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, custo amortizado e a valor justo por meio de resultados abrangentes. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes. **(a) Desreconhecimento (baixa)** - Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferir os seus

direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido o risco substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. **2.4.3 Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. **(a) Empréstimos e financiamentos** - Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **(b) Desreconhecimento (baixa)** - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros e não financeiros** - **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável e a taxa de desconto para medi-lo por impairment for a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser conhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas pela Companhia e suas controladas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **2.5 Contas a receber de clientes de incorporação** - As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e acrescidas de atualização monetária até a data do balanço. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil ("INCC") para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") em juros, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. A comercialização das unidades é efetuada, substancialmente, durante as fases de lançamento e construção dos empreendimentos. As contas a receber de clientes, nesses casos, são constituídas aplicando-se o método de *percentage of completion* (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a serem reconhecidas, sobre o qual deduz-se as parcelas recebidas, determinando-se o valor do custo a receber. **2.6 Imóveis a comercializar** - Incluem os custos para a aquisição de terreno e dos imóveis não vendidos. O registro do terreno é efetuado no momento da assinatura do contrato ou da lavratura da escritura do imóvel. A Companhia e suas controladas adquirem parte dos terrenos através de operações de permutas, nas quais, em troca dos terrenos adquiridos, comprometem-se a entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção. No caso de permutas por unidades a serem construídas, seu custo corresponde ao preço de venda à vista previsto para as unidades a serem construídas e entregues em permuta. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações contábeis enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou estágio de andamento da mesma. Os imóveis são demonstrados ao custo de aquisição, que não excede ao seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, correspondem ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, e compreendem os custos de incorporação e de construção (mão-de-obra, materiais e outros relacionados), o terreno e os encargos financeiros incorridos para os financiamentos à produção aplicados no empreendimento durante a fase de construção. **2.7 Demais ativos** - Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **2.8 Imobilizado** - Compreende os equipamentos de informática e outros bens materiais. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. A Companhia registra no imobilizado os gastos incorridos e diretamente relacionados com a construção de estande de vendas e do apartamento-modelo, e estes itens são depreciados de acordo com o respectivo prazo de vida útil estimado, bem como aqueles para aquisição das mobílias e da decoração de cada empreendimento imobiliário. Quando a vida útil estimada é inferior a 12 meses, os gastos são reconhecidos diretamente no resultado como despesa de vendas. **2.9 Fornecedores e subempreiteiros** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até seis meses. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 Adiantamentos de clientes por permuta** - As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias estão demonstradas ao seu valor justo, como adiantamentos de clientes. **2.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor líquido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD** - A Companhia e suas controladas avaliam o saldo em aberto do contas a receber de clientes por soluto e os clientes que possuem valores em aberto há mais de 180 dias são passíveis de provisão. **(b) Provisão de distrato** - A Administração da Companhia realiza a avaliação sobre a carteira de recebíveis, tendo qualquer evidência de que a venda poderá ser objeto de distrato, a Companhia constitui a provisão de distrato. **(c) Provisão de garantia** - A Companhia e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento. **2.12 Imposto de renda e contribuição social** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. **(a) Imposto de renda e contribuição social - correntes** - O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Para a atividade de incorporação imobiliária, a legislação tributária facilita aos contribuintes, que cumpriram os requisitos dispostos na norma de "deflação do patrimônio", efetuarem a opção Irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação - RET", cuja tributação é calculada à alíquota de 4% sobre a receita bruta de vendas de unidades imobiliárias, sendo a parcela relacionada ao imposto de renda e a contribuição social 1,26% e 0,66%, respectivamente. **(b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos** - O imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes da atividade imobiliária tributada pelo "Regime Especial de Tributação - RET", são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias relacionadas ao registro societário da receita bruta de vendas de unidades imobiliárias versus o regime de tributação por caixa. As alíquotas definidas para determinação dos impostos diferidos são as mesmas utilizadas para os impostos correntes. **2.13 Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reco-

hhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituinte como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.14 Reconhecimento de receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de unidades imobiliárias e de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Apuração do resultado de incorporações e venda de imóveis** - Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetuada e a unidade entregue, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as seguintes premissas são atendidas: (a) o seu valor pode ser estimado, ou seja, o recebimento do preço de venda é conhecido ou o valor que não será recebido pode ser razoavelmente estimado e (b) o processo de reconhecimento de receita de venda encontra-se substancialmente concluído, ou seja, a Companhia está desobrigada a cumprir com parte significativa de atividades que venham a gerar gastos futuros relacionados com a venda da unidade concluída. Nas vendas de unidades não concluídas, no processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, onde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo ou ao longo do tempo. Para definição da forma de apropriação da receita, é verificado o cumprimento das obrigações de performance. Tal verificação se dá em cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. A Companhia adota dois modelos de negócios, quase que a totalidade das vendas são integralmente repassadas para instituição financeira, nos empreendimentos em construção e também nos concluídos. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade é transferida para a instituição financeira, não cabendo mais à incorporadora qualquer risco de recebimento e/ou controle do ativo. Portanto, nesse momento se dá o cumprimento da obrigação de performance para o empreendimento. O segundo modelo de negócio refere-se ao financiamento direto com a construtora através de alienação fiduciária, modelo de garantia de propriedade do imóvel, que se baseia na transferência do bem como pagamento do saldo devido. **2.15 Despesas comerciais** - Despesas comerciais, incluindo propaganda e publicidade, despesas com estandes em gerais e outras, são apropriadas ao resultado quando incorridas, de acordo com o regime de competência. **2.16 Despesas com unidades concluídas** - Despesas de carregamento das unidades concluídas e não vendidas relativas a condomínio, IPTU e outras despesas correlatas. **2.17 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **2.18 Normas práticas contábeis - CPC 06 R2 - Operações de Arrendamento Mercantil** - O pronunciamento introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendatário permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 R1 (IAS 17). **2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor** - A partir de 1º de janeiro de 2020 entrarão em vigor diversas normas. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; • Definição de um novo item (alteração ao CPC 15/IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); • IFRS 17 - Contratos de Seguros. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** - A Companhia está sujeita ao imposto de renda. É necessário julgamento para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas situações é diferente dos valores inicialmente estimados e serão registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. **4 Gestão de risco financeiro - 4.1 Fatores de risco financeiro** - Os instrumentos financeiros operados pelas Controladas têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. Com relação às contas a receber, as Controladas restringem a sua exposição a riscos de créditos por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de créditos contínuas. Em 31 de dezembro de 2019, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. **(a) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros** - Os riscos de taxa de juros das Controladas decorrem de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. As Controladas analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. **(b) Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia possui e segue políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente

Continuação>>>

legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) **Reserva de investimento** - De acordo com Assembleia Geral Extraordinária, em 5 de maio de 2014, os dividendos propostos com o resultado de 2013, no montante de R\$ 1.121, foram retidos para a constituição de reservas destinadas a formação de caixa mínimo. De acordo com Assembleia Geral Extraordinária, em 23 de abril de 2015, os acionistas optaram por distribuir dividendos no montante de R\$ 109, revertendo reservas de investimentos de anos anteriores proporcionalmente à sua participação no capital social da companhia, no mesmo ato decidiram distribuir dividendos adicionais referentes ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 6.294. De acordo com Assembleia Geral Extraordinária, em 15 de junho de 2015, os acionistas optaram por distribuir dividendos no montante de R\$ 202, revertendo o excedente de reservas de investimentos proporcionalmente à sua participação no capital social da companhia. (iii) **Dividendos mínimos obrigatórios** - Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/76 e são pagos em conformidade com o estabelecido no estatuto social da Companhia, que define que os acionistas terão direito a pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do referido artigo podendo ser distribuído mais.

15 Receitas

	2019	2018
Receitas de incorporação e venda de imóveis	4.262	9.062
Provisão de distrato	15.561	16.234
Tributos sobre vendas	(526)	(856)
	10.773	24.440

16 Custo de incorporação e venda de imóveis

	2019	2018
Custo de unidades vendidas	(528)	(12.164)
Provisão de distrato	(9.218)	(11.925)
Custo com financiamento	(71)	(1.491)
	(9.817)	(25.580)

17 Despesas comerciais

	2019	2018
Corretagem	(93)	(170)
Estande de vendas e apartamento modelo	(192)	(424)
Publicidade e propaganda	(164)	(275)
Outras despesas de vendas	(137)	(555)
	(587)	(1.424)

18 Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal e encargos	(73)	(49)
Serviços prestados e outros	(73)	(49)
Outras despesas administrativas	(73)	(49)

19 Provisões

	2019	2018
Provisão de contingência	1.191	1.495
Provisão de distrato	(134)	-
Provisão de garantia	-	-
Impairment	180	(402)
	1.237	1.093

Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. e suas controladas - CNPJ/MF 17.058.110/0001-07

20 Despesa por natureza

	2019	2018
Consumos diversos	-	-
Despesas com pessoal e encargos	-	-
Serviços prestados	(73)	(39)
Despesas com publicidade	-	-
Ajuste POC (i)	-	-
Provisões	-	-
	(73)	(49)

21 Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Receitas financeiras	-	-
Receitas com juros	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-
Descontos obtidos	-	-
Correção de distrato	-	-
	-	-

22 Despesa financeira

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

22 Eventos subsequentes

	2019	2018
Descontos concedidos	-	-
Despesas com juros e comissões bancárias	2	-
Outros	-	-
	2	-

ODEBRECHT REALIZAÇÕES SP 54 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF 17.058.110/0001-07

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais					Demonstrações dos resultados					Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Ativo	Controladora			Consolidado		Notas	Controladora			Consolidado		Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			
	2018	2017	2018	2017	2018		2017	2018	2017	Reserva legal	Reserva de investimentos			Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total	
Circulante	Notas	2018	2017	2018	2017		Notas	2018	2017	2018	2017	1.012	47.085	202	810	28.725	77.834
Caixa e equivalentes de caixa	6	13	289	12.071	11.761		15	-	-	24.439	50.417	-	-	-	-	-	(23.763)
Contas a receber de clientes	7	-	-	4.723	67.370					(1)	(1.141)	1.679	-	-	-	-	23.763
Dividendos a receber	11	47	47	-	-		16	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis a comercializar	8	-	-	44.694	42.865					-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	-	-	-	473	-		17	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	13	23	20	608	514		20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		83	356	62.569	122.510		18	20	(49)	(109)	(1.446)	(485)	-	(202)	(810)	(4.962)	(7.153)
							19	20	-	-	1.649	(18.365)	-	-	-	-	-
Não Circulante																	
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	123												
AFAC	9	41.417	872	-	-												
		41.417	872	-	123		10	(7.116)	(23.683)	(4.473)	(19.018)	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Controladas	10	8.975	55.443	-	-												
Imobilizado							21	12	33	(2.300)	(1.621)	-	-	-	-	-	-
		50.475	56.671	62.570	122.635		2.13	(7.153)	(23.760)	(6.773)	(20.639)	-	-	-	-	-	-
Total do ativo																	
Passivo e patrimônio líquido																	
Circulante	Notas	2018	2017	2018	2017		Notas	2018	2017	2018	2017						
Financiamentos																	
Fornecedores e subempreiteiros		5	-	1.274	2.248												
Dividendos a pagar	11	2.600	2.600	2.600	2.600												
Obrigações tributárias		-	-	-	-												
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	93	364												
Adiantamentos de clientes por permuta		-	-	-	-												
Dívidas a receber		-	-	4.094	1.758												
Outros passivos	13	-	-	1.006	1.102												
		2.605	2.600	9.067	11.013												
Não Circulante																	
Financiamentos																	
Tributos diferidos	2.13	-	-	1.006	3.163												
Provisão para perda de investimento	10	952	-	-	-												
Provisão para contingências	12	-	-	3.578	5.073												
Provisão de garantia		952	-	6.585	67.551												
Total do passivo e patrimônio líquido																	
		46.918	54.071	46.918	54.071												
		50.475	56.671	62.570	122.635												

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1 Informações gerais - A Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de julho de 2012, com a denominação social de SPE Bairro Novo SPE 01, com o objeto social de realização de empreendimento imobiliário em São Paulo. A Companhia incorpora seus empreendimentos imobiliários por meio de participações em Sociedades de Propósitos Específicos ("SPE"), controladas integralmente ou sob controle compartilhado. Em 24 de abril de 2013, a SPE Bairro Novo SPE 01 Ltda. passou a ter a denominação de Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário Ltda. Em 17 de dezembro de 2013, a Companhia passou de empresa limitada para Sociedade por Ações tendo por objeto o investimento nas SPEs responsáveis pela realização de incorporações imobiliárias dos empreendimentos "Homenagem - Japaneza" e "Estação Gabriel" ("Empreendimentos"), nos termos da Lei nº 4.591/64, podendo para tanto participar na qualidade de sócia ou acionista de outras sociedades. Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas do Grupo Odebrecht e ex-executivos da Companhia. Em 22 de março de 2016, o Grupo Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações das Operações Lava Jato. Em 1º de dezembro de 2016, a ODB, no qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, autoridade das EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos cometidos no âmbito do objeto referido acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"). Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no âmbito do qual a ODB, na qualidade de controladora, se compromete a pagar parcelas anuais a título de multa. O raciono do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando ainda o Grupo Odebrecht a preservação e continuidade de suas atividades, a retomada de contratação com entes públicos e ainda recebimento de recursos de bancos e entidades públicas, no Brasil e no exterior. Em 9 de julho de 2018, a ODB e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a Advocacia Geral da União ("AGU") e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União ("CGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro, e referendado de forma unânime pelo plenário do Tribunal de Contas da União ("TCU"). A ODB e suas controladas seguem também em discussão junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em razão dos atos praticados. A ODB se compromete a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade ("compliance") vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprovados nos termos dos Artigos 41 e 42 do Decreto nº 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense. Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia continua a adotar medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e atualização dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança. Em janeiro de 2017, a Companhia passou a contar com um **Chief Compliance Officer** e equipe, com reporte direto ao Conselho de Administração, dedicados a liderar a implementação do sistema de conformidade da Companhia, alinhado com as melhores práticas mundiais. Dentre os avanços dos primeiros anos, pode-se destacar: • A implementação e comunicação da política de conformidade e o compromisso com a atuação ética, íntegra e transparente para todos os integrantes da Companhia. • A implementação, comunicação e capacitação de diversos públicos em diretrizes adicionais de conformidade, como a diretiva anticorrupção, de análise de terceiros (*due diligence*), de relacionamento com agente público e pessoa politicamente exposta, de medidas disciplinares, de brindes, presentes, entretenimento e hospitalidade e de conflito de interesses. • A análise de conformidade (*due diligence*) em todas as vendas de imóveis e terrenos e nas homologações de fornecedores. • O lançamento do novo canal de denúncias terceirizado e independente. • Criação de Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas. • O mapeamento dos riscos corporativos por toda a empresa e a construção da matriz de riscos de acordo com a probabilidade de ocorrência e o impacto financeiro e de imagem da materialização destes riscos. • Os trabalhos de auditoria nos ciclos de tesouraria, contábil, fiscal e de vendas, com levantamento de riscos e vulnerabilidades e definição de ações mitigatórias. Todos os temas estão em processo de melhoria contínua ao longo de 2019. Desta forma, no melhor conhecimento da Administração da Companhia, não há razão para determinar que a Companhia está afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências e não há efeitos para serem reconhecidos na Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação** - A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir mensuração ao valor justo. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 05 de Abril de 2018. **(a) Demonstrações contábeis consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **(b) Demonstrações contábeis individuais** - As demonstrações contábeis individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. **(c) Moeda funcional** - As empresas do grupo atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, que é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais da controladora e do consolidado. **2.2 Consolidação** - A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais obtém o controle, isto é, quando esta possui ou detém direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas no item (a). **(a) Demonstrações contábeis consolidadas** - As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis: **(i) Controladas** - Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia tem o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **(ii) Companhias consolidadas** - As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as informações das

Publicidade Legal

Continuação>>>		Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. e suas controladas - CNPJ/MF 17.058.110/0001-07									
		Consolidado		2018		2017					
Vendas		21.259	55.462								
A vencer em:											
2018			22.813								
2019		3.877	38								
		25.136	78.313								
Conforme mencionado na Nota 4.1, a administração considera muito baixo o risco de crédito dos empreendedores. A administração da Companhia tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e realizar distratos de unidades que estejam inadimplentes. Após os distratos, essas unidades são realocadas à venda ao valor de mercado. 8 Imóveis a comercializar											
		Consolidado		2018		2017					
Imóveis a comercializar		30.512	42.865								
Provisão de distrato (i)		14.182	-								
		44.694	42.865								
10 Investimentos											
		Participação direta (%)		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido ajustado		Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Controladas		100,00	100,00	15.193	134.913	6.218	83.980	8.975	50.933	(1.705)	11.167
Gabriele Danuzzio				46.911	89.594	47.864		61.354	28.240	(5.411)	(746)
Parque Edu Chaves											
		Equivalência patrimonial		31/12/2018							
Investimentos		01/01/2018	Redução	Dividendos							
Gabriele Danuzzio		45.680	(26.917)	(13.386)	(1.705)	3.672					
Parque Edu Chaves		9.763	-	-	(5.410)	4.354					
Total em 31/12/2018		55.443	(26.917)	(13.386)	(7.115)	8.026					
Total em 31/12/2017		73.868	5.304	(47)	(23.683)	55.443					
11 Dividendos a receber e a pagar											
		Controladora		2018		2017					
Ativo circulante		47	47	-	-	-	-	-	-	-	-
Gabriele Danuzzio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque Edu Chaves		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		47	47	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo circulante		1.560	1.560	1.560	1.560						
OR		1.040	1.040	1.040	1.040						
Caixa Econômica Federal		2.600	2.600	2.600	2.600						
12 Provisão de contingência											
		Consolidado		2018		2017					
Cíveis		3.573	5.073								
Trabalhistas		5	7								
		3.578	5.073								
		(3.578)	(5.073)								
(-) Passivo não circulante											
A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda das significativas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante envolvido é de R\$ 5.205 (R\$ 6.732 em 2017), sendo R\$ 355 processos trabalhistas e R\$ 4.850 processos civis.											
13 Partes relacionadas - A Companhia mantém operações de partes relacionadas com empresas do Grupo OR. Essas operações, são em sua maioria transferência de integrantes e repasses de despesas administrativas.											
14 Patrimônio líquido - (a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$ 1.012 totalmente integralizado pela OR e pelo Fundo de Investimento da Caixa, sendo representado por 1.011.693 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (b) Reserva de capital - Em 29 de novembro de 2013, foi destinado para a conta de reserva de capital o montante de R\$ 47.085 mediante: (i) conferência de bens, correspondentes a participações societárias das investidas, Odebrecht Realizações Edu Chaves - Empreendimento Imobiliário Ltda. e a Odebrecht Realizações SP 32 - Empreendimento Imobiliário Ltda., pela controladora OR. Em 31 de dezembro de 2018, foi absorvido da rubrica de reserva de capital o valor de R\$ 1.179 prejuízos do exercício, dessa forma a companhia passou a ter um saldo de R\$ 45.906. (c) Apropriação do resultado - De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas. (i) Reserva legal - Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do											
15 Receitas											
		Consolidado		2018		2017					
Receitas de incorporação e venda de imóveis		9.062	51.483								
Provisão de distrato (i)		16.234	-								
Tributos sobre vendas		(856)	(1.066)								
		24.439	50.417								
16 Custo de incorporação e venda de imóveis											
		Controladora		2018		2017					
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Custo de unidades vendidas		-	(1)	(12.164)	(41.220)						
Provisão de distrato (i)		-	-	(11.925)	-						
Custo com financiamento		-	-	(1.491)	(7.518)						
		-	(1)	(25.580)	(48.738)						
		324	324	324	324						
		973	992	973	992						
		33	40	33	40						
		1.006	1.022	1.006	1.022						
17 Despesas comerciais											
		Consolidado		2018		2017					
Corretagem		(170)	(471)								
Estande de vendas e apartamento modelo		(423)	(471)								
Publicidade e propaganda		(275)	(288)								
Outras despesas de vendas		(554)	(1.45)								
		(1.423)	(904)								
18 Despesas gerais e administrativas											
		Controladora		2018		2017					
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal e encargos		-	-	(15)	(80)						
Serviços prestados e outros		(49)	(109)	(1.294)	(392)						
Outras despesas administrativas		-	-	(135)	(113)						
		(49)	(109)	(1.445)	(485)						
19 Provisões											
		Consolidado		2018		2017					
Provisão de contingência		1.495	(5.073)								
Provisão de distrato		-	(11.505)								
Provisão de garantia		-	(1.113)								
Impairment		(402)	(676)								
		1.093	(18.365)								
20 Despesa por natureza											
		Controladora		2018		2017					
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Consumos diversos		-	(2)	(1.247)	(10.484)						
Despesas com pessoal e encargos		-	-	(385)	(2.436)						
Depreciação e amortização		-	-	-	-						
Serviços prestados		(39)	(94)	(3.262)	(11.188)						
Despesas com publicidade		(10)	(14)	(1.008)	(447)						
Viagens e deslocamentos		-	-	-	-						
Ajuste POC (i)		-	-	(12.768)	(26.511)						
Provisões		-	-	(10.262)	(18.365)						
		(49)	(110)	(28.932)	(69.433)						
Total do custo de incorporação e vendas de imóveis											
		(49)	(110)	(28.932)	(69.433)						
Total de despesas comerciais											
		-	-	(11.424)	(904)						
Total de despesas unidades concluídas											
		-	-	(2.131)	(94)						
Total de provisões											
		(49)	(109)	(890)	(485)						
Total de despesas gerais e administrativas											
		(49)	(110)	(28.933)	(69.433)						
21 Resultado financeiro, líquido											
		Controladora		2018		2017					
		2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras		-	-	262	199						
Receitas com juros		-	-	656	4.396						
Rendimentos de aplicações financeiras		12	36	262	199						
Descontos obtidos		-	-	-	6						
Correção de distrato		-	-	(46)	-						
Ajuste a Valor Presente		-	-	-	1.085						
		12	36	872	5.686						
Despesas financeiras											
		Consolidado		2018		2017					
Descontos concedidos		-	-	(276)	(195)						
Despesas com juros e comissões bancárias		0	-	(2.856)	(6.998)						
Outros		-	(3)	(30)	(114)						
		0	(3)	(3.172)	(7.307)						
		12	33	(2.300)	(1.621)						
22 Eventos subsequentes - Até a data da emissão do relatório não houveram transações que impactasse os saldos divulgados nas demonstrações contábeis.											
Diretoria											
Marco A. B. J. Gimenes Siqueira - Diretor											
Jayme Gomes da Fonseca Junior - Diretor											
Contador											
Juliana de Brito Bergamini Silva - Contadora - CRC SP - 315707/O-8											

os Administradores e Acionistas da Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. e suas controladas - São Paulo - SP - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht Realizações SP 54 - Empreendimento Imobiliário S.A. ("Companhia"), e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Operação Lava Jato** - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, a qual menciona que desde 2014 encontramos em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, que a Companhia e suas controladas fazem parte. A Odebrecht S.A., controladora indireta da Companhia, formalizou Acordo de Leniência ("Acordo") em 1º de dezembro de 2016, que foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal de Curitiba em 22 de maio de 2017, produzindo seus efeitos civis. A Companhia e suas controladas não são signatárias do referido Acordo e não assumiram responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista, por não terem envolvimento direto nos fatos relatados, no melhor entendimento de seus administradores, razão pela qual não há motivos para determinar que a Companhia e suas controladas sejam afetadas pelas referidas investigações até o presente momento. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Reconhecimento de receita** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.15 (a), as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil e considera o Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 emitido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Desta forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle seguem o entendimento manifestado pela CVM, no ofício citado anteriormente, sobre a aplicação do CPC 47 - Receita de contratos com clientes. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a ade-

A Empresa Vila Zaira Hortifrutif Eireli, CNPJ/ME nº 13.759.045/0002-77 e Inscrição Estadual nº 146.421.384.110, estabelecida no endereço Avenida Padre Antonio dos Santos, 296, Brooklin - São Paulo (SP) - Declara: para os devidos fins de direito o extrativo das Impressoras Fiscais: SWEDA - SW 311.00000000.18202; SWEDA - SW 311.00000000.18204; SWEDA - SW 311.00000000.18201; SWEDA - SW 314.00000000.1606; SWEDA - SW 311.00000000.18198. A ocorrência encontra-se registrada na Delegacia Eletrônica sob nº 773655/2020, emitido em 12/06/2020.

Publique com

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

comercial@datamercantil.com.br

Para BC, crise atual pode causar aumento de concentração no setor bancário

O diretor de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, João Manoel Pinho de Mello, afirmou nesta segunda-feira, 29, que a crise atual, provocada pela pandemia do novo coronavírus, "pode causar, como rescaldo, aumento de concentração no setor bancário". Ao mesmo tempo, Mello pontuou que o BC tem trabalhado para que isso não ocorra. De acordo com o diretor, o BC atuou para fazer com que a liquidez chegue em todos os segmentos do setor financeiro. Entre as medidas mais recentes, Mello citou a liberação do compulsório da poupança para a concessão de crédito a empresas menores. O diretor afirmou que a intenção do BC é que "todos os segmentos tenham liquidez e que rescaldo da crise não seja o aumento da concentração". Mello destacou ainda a manutenção do cronograma de agendas do BC para o sistema financeiro, com destaque para o open banking, os pagamentos instantâneos (PIX) e o sandbox regulatório. "A manutenção do cronograma de agendas do BC é uma sinalização importante", afirmou. O diretor do BC participou na manhã desta segunda-feira do evento virtual "Open Banking e Fast Payments", do Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac). Também participante do evento, o diretor de Regulação do Banco Central, Otavio Ribeiro Damaso, afirmou que a instalação do open banking e dos PIX no Brasil são "agendas poderosas", que vão "transformar sistema financeiro nos próximos anos". Conforme Damaso, os dois projetos são prioritários para o BC

Negócios

Dos Medici à Amazon: como pandemias ajudaram megacorporações a crescer mais



Em junho de 1348, os cidadãos da Inglaterra começaram a ter sintomas misteriosos. No início, eram leves e difusos: dor de cabeça, mal-estar generalizado e náuseas. Isto foi seguido pelo aparecimento de inchaços pretos e doloridos, ou bolhas, que cresciam nas axilas e na virilha, que deram nome à doença: peste bubônica.

A última etapa da infecção era febre alta e logo a morte.

Os soldados e caravanas trouxeram da Ásia Central as bactérias que a causava, Yersinia pestis, nas pulgas que viviam em ratos, aos portos do Mar Negro.

O comércio de mercadorias no Mediterrâneo causou a rápida transmissão da peste, por meio de navios mercantes que chegaram primeiro na Itália e logo em toda a Europa.

A Peste Negra matou entre um terço e metade da população da Europa e do Oriente Médio.

Esse grande número de mortes foi acompanhado por uma devastação econômica geral.

Dado que um terço da força de trabalho morreu, colheitas não puderam ser colhidas e as consequências para as comunidades que viviam delas foram devastadoras.

Uma em cada dez cidades da Inglaterra (como muitas na Toscana e outras regiões da Itália) desapareceram e nunca foram refundadas. Casas viraram ruínas e ficaram cobertas por grama e sujeira. Somente as igrejas foram ficaram de pé.

Portanto, se você se deparar com uma igreja ou capela solitária no meio do campo, é provável que esteja vendo os últimos remanescentes de uma das aldeias perdidas da Europa.

A experiência traumática da Peste Negra, que matou talvez 80% das pessoas infectadas, levou muitas pessoas a

escrever para buscar sentido sobre o que tinham vivido.

Em Aberdeen, John de Fordun, um cronista escocês, registrou que “A doença afetou a todos, mas principalmente as classes média e baixa, raramente os nobres. Isso gerou tanto horror que as crianças não se atreviam a visitar seus pais moribundos, nem os pais seus filhos, e fugiam por medo de contágio como da lepra ou de uma serpente”.

Essas linhas quase poderiam ter sido escritas hoje.

Embora a taxa de mortalidade da covid-19 seja muito menor que a da Peste Negra, as consequências econômicas foram severas devido à natureza altamente integrada e globalizada das economias modernas.

Com isso somado à mobilidade da população, a pandemia se espalhou pelo mundo em questão de meses, não anos.

Mark Zuckerberg perde R\$ 39 bi de sua fortuna com Coca-Cola e Unilever fora do Facebook

Após uma série de empresas como Unilever e a Coca-Cola, afirmarem que irão suspender seus anúncios nas redes sociais, as ações do Facebook tiveram uma queda de 8,3% nesta sexta-feira (26) – uma perda de US\$ 56 bilhões (R\$ 306,8 bilhões) do valor de mercado da empresa.

Segundo a agência Bloomberg, com essa desvalorização, o presidente da companhia, Mark Zuckerberg, viu sua riqueza pessoal recuar US\$ 7,2 bilhões (R\$ 39,4 bilhões).

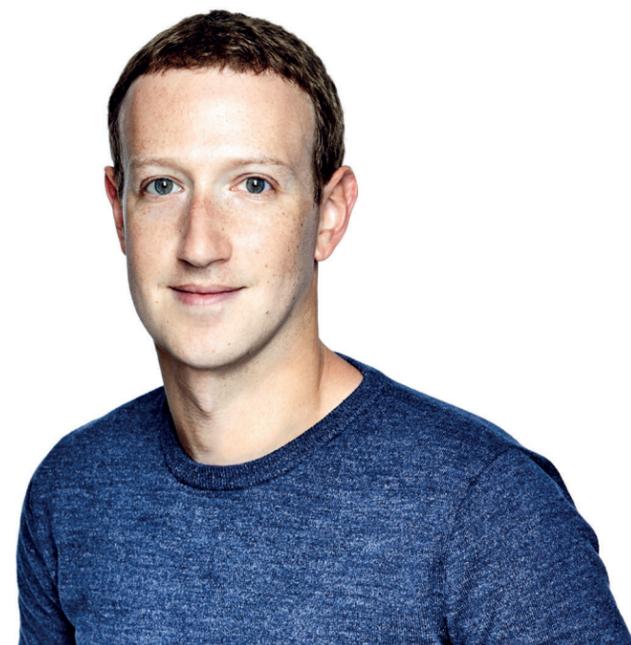
A Unilever, dona de muitas marcas de produtos domésticos como o sabonete Dove, a maionese Hellmann's e o chá Lipton, soma-se a uma lista crescente de companhias que estão boicotando

o Facebook por períodos de tempo variados, como Verizon Communications, Patagonia, VF Corp., Eddie Bauer e Recreational Equipment.

A medida das marcas é um marco importante na escalada de esforços dos anunciantes para que as companhias tecnológicas adotem mudanças em relação ao conteúdo publicado nas redes. A iniciativa quer que as companhias façam mais para impedir o discurso de ódio.

O Facebook, no entanto, declarou que não toma decisões políticas por causa da pressão das receitas, e um porta-voz disse que as mudanças são uma decorrência do compromisso feito por Zuckerberg de se preparar para as próximas eleições.

Valor/Biznews



Biznews

Drive-thru chegou a representar 50% das vendas, diz CEO do Burger King



Durante o período de isolamento, as vendas por delivery e drive-thru da rede de fast food Burger King dispararam. As vendas pelo drive-thru, sem que o consumidor precise entrar no restaurante, chegaram a representar 50% das vendas, contra cerca de 35% antes da pandemia do novo coronavírus nas lojas em que esse modelo já existe. Já o delivery

chegou a significar 35% das vendas, contra uma média de 5% a 10% antes da pandemia do novo coronavírus.

Para Iuri Miranda, presidente da rede de fast food, a venda por diversos canais chegou para ficar. E a velocidade de se adaptar para essa realidade é uma das grandes vantagens da rede de fast food, diz o executivo. Iuri Miranda, presidente do Burger King, falou em entrevista ao vivo

na série Exame Talks ao jornalista João Pedro Caleiro.

De acordo com ele, a rede já enxergava a tendência do delivery desde antes da pandemia e, em fevereiro e março, começou a entrar em outras plataformas além do Uber Eats. Também já havia estudos de carteiras digitais e novos meios de pagamento e até pesquisas sobre embalagens.

Exame/Biznews